

A PESQUISA SOBRE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

THE RESEARCH ON GEOGRAPHICAL INDICATIONS IN BRAZIL: A BIBLIOMETRIC STUDY

Shana Sabbado Flores¹; Ivanira Falcade²

¹ Programa de Pós-Graduação em Gestão da Inovação e Transferência de Tecnologia – PROFNIT
Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS – Bento Gonçalves/RS – Brasil – shana.flores@ifrs.edu.br

² Universidade de Caxias do Sul – UCS – Caxias do Sul/RS – Brasil – Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia: Mestrado Profissional em Biotecnologia e Gestão Vitivinícola – PPGVITI – ifalcade@ucs.br

Resumo

O artigo analisa a pesquisa sobre Indicações Geográficas no Brasil, buscando identificar seu perfil, principais instituições envolvidas e temas recorrentes. O estudo analisou a pesquisa de pós-graduação (teses e dissertações) e os artigos publicados em periódicos revisados por pares, totalizando 221 trabalhos. Os trabalhos foram selecionados no Portal de Periódicos da Capes, buscando a palavra-chave “indicação geográfica”, no período de 2000 a janeiro de 2019. Os resultados apontam para o crescimento das pesquisas, de forma semelhante ao reconhecimento de IGs no país. A pesquisa é bastante pulverizada, está distribuída em 20 estados e 62 instituições, com predomínio de estudos multidisciplinares e com referencial empírico delimitado. A pesquisa é bastante jovem e não foram identificados ainda centros de referência. Foram analisadas também as regiões e produtos principais, com destaque para o vinho e o café. Os trabalhos foram agrupados em 7 categorias de tema, mostrando grande representatividade em prospecção e perspectivas para IGs e desenvolvimento territorial. O artigo aponta oportunidades para o desenvolvimento de novos trabalhos, assim como um amadurecimento que já pode ser identificado, principalmente nas pesquisas de doutorado.

Palavras-chave: bibliometria; indicação geográfica; propriedade intelectual

Abstract

The paper analyzes the research on Geographical Indications in Brazil, seeking to identify its profile, main institutions involved and recurrent themes. The study analyzed postgraduate research (doctor and master degrees) and articles published in peer-reviewed journals, totaling 221 papers analyzed. The papers were selected in the Portal of Periodicals of Capes, searching for the keyword "indicação geográfica", from 2000 to January 2019. The results point to the growth of research, aligned with the recognition of GIs in the country. The research is very pulverized, it is distributed in 20 States and 62 institutions, with predominance of multidisciplinary studies and empirical delimited referential. The research is quite young and reference centers have not yet been identified. The regions and main products were also analyzed, highlighting wine and coffee. The papers were grouped into 7 theme categories, showing great representativeness in prospecting and perspectives for GIs and territorial development. The paper points out opportunities for the

development of new works, as well as a higher maturity that can already be identified, especially in terms of doctoral research.

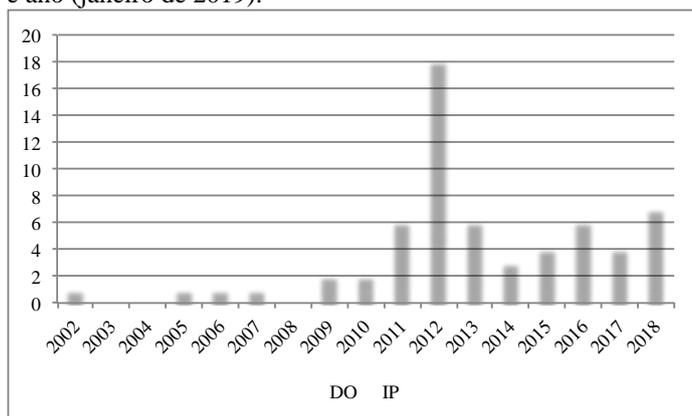
Key-words: bibliometrics; geographical indication; intellectual property

1. As Indicações Geográficas no Brasil

As Indicações Geográficas (IGs) são uma categoria de propriedade intelectual com desenvolvimento recente no Brasil, cujo principal objetivo é reconhecer e proteger as regiões produtoras ou prestadoras de serviços. O conceito de indicação geográfica, em uma abordagem mais ampla, faz referência à origem definida de produtos, que incorporam ativos de uma determinada área geográfica, proporcionando aspectos diferenciados e com características próprias (WIPO, 2019). Uma IG se sustenta em diversos elementos, entre os quais podem ser considerados como pilares o produto, o local de origem e a qualidade (NGO BAGAL; VITTORI, 2011). Cabe destacar que a IG pode integrar ativos materiais e subjetivos, tal como fatores ambientais e humanos, *savoir faire* e reputação.

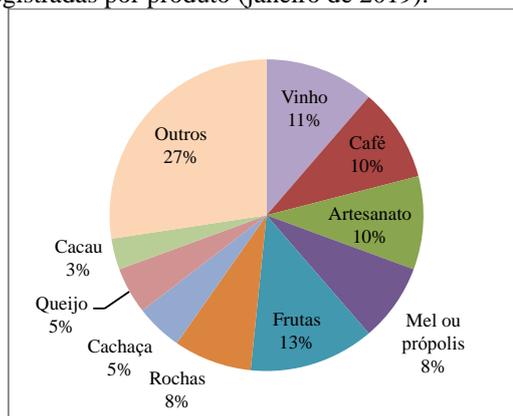
A primeira legislação positiva de IGs no Brasil é de 1996 – Lei de Propriedade Intelectual (Brasil, 1996) – e a disseminação do tema ocorreu a partir do registro da primeira IG, o Vale dos Vinhedos, em 2002. Desde então, o tema das IGs vem ganhando importância em termos quantitativos e na diversidade de produtos registrados, como pode ser observado nos gráficos a seguir (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Indicações geográficas brasileiras registradas por tipo e ano (janeiro de 2019).



Fonte: Autoria própria (2019).

Figura 2 – Indicações geográficas brasileiras registradas por produto (janeiro de 2019).



Fonte: Autoria própria (2019).

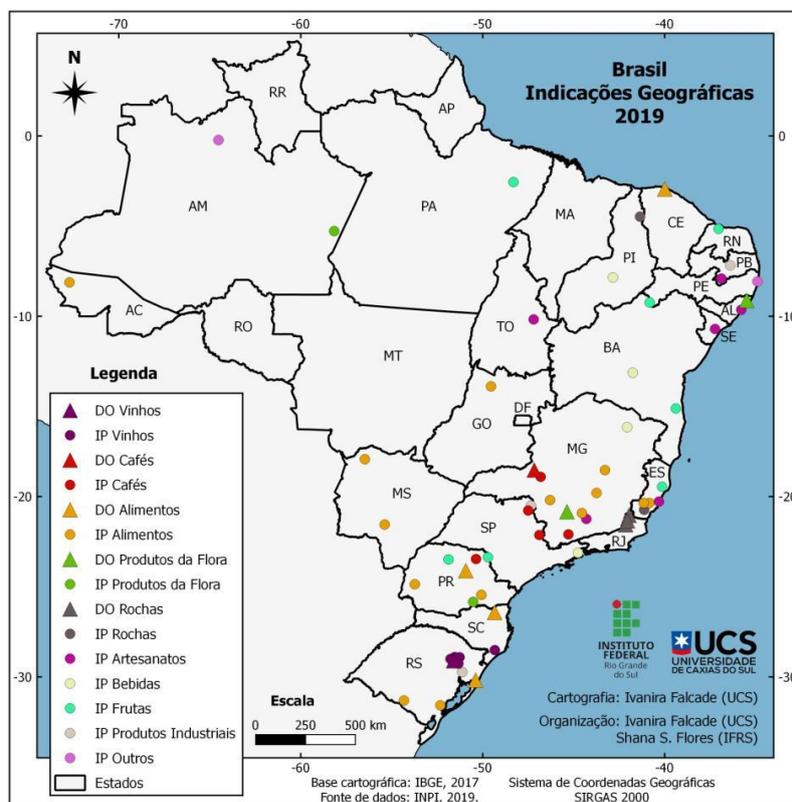
Com um início em processos pontuais, a partir de 2009 o processo ganha continuidade e o número de IGs registradas inicia uma fase de crescimento, com pico no ano de 2012, quando 18 IGs foram registradas. Até janeiro de 2019, o Brasil contava com 62 IGs nacionais registradas, sendo 51

na modalidade de Indicação de Procedência (IP) e 11 Denominações de Origem (DO), conforme dados do INPI (2019a, b). A expansão também se deu em termos qualitativos, com novos produtos. No mundo ocidental, tradicionalmente, as IGs estão mais relacionadas a produtos de origem rural, agropecuários ou artesanais, mas, no caso brasileiro, há o registro de produtos de origem industrial, mineral e até mesmo de serviços, somando 10 IGs, em 2018.

No contexto internacional, sobretudo na União Europeia, o reconhecimento de IGs tem forte ligação com os vinhos – em 2016, só a França possuía 464 AOP/AOC (*appellation d'origine protégée/appellation d'origine contrôlée*), das quais 361, ou quase 78%, eram relacionadas aos vinhos (INAO, 2016). Exemplos ilustres de IGs de outros produtos são o café, na Colômbia; o *Darjeeling tea*, na Índia, ou o óleo de Argan, no Marrocos.

A expansão do tema das IGs no Brasil ocorreu também em termos geográficos, como evidencia o Mapa 1. Em janeiro de 2019, havia IGs registradas em 21 estados da federação, abrangendo todas as regiões do país. No mapa, é possível identificar algumas especializações regionais, como é o caso dos vinhos na Serra Gaúcha, do café no Sudeste (SP e MG) e das rochas no Rio de Janeiro. Tais concentrações são decorrência de vocações regionais, mas também de arranjos institucionais e políticas públicas focadas em determinado setor.

Mapa 1 – Indicações geográficas brasileiras registradas pelo INPI, até janeiro de 2019.



Fonte: Autoria própria (2019)

O presente artigo busca refletir sobre o desenvolvimento do tema das Indicações Geográficas no Brasil na esfera da academia. Da mesma forma que o tema vem se desenvolvendo, em particular, na aplicação do setor produtivo, diversas pesquisas vem sendo realizadas nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) de modo a prospectar oportunidades, estruturar novas IGs ou avaliar experiências existentes, sob diversos enfoques. Em uma avaliação preliminar foram identificados diversos trabalhos, sobretudo em forma de estudos de caso. Contudo, pode ser observada uma lacuna com relação à reflexão sobre a própria produção acadêmica na área, seu perfil e principais temas.

Assim, o artigo tem como objetivo analisar a pesquisa brasileira sobre Indicações Geográficas, identificando seu perfil, principais instituições envolvidas, além de temas recorrentes. Observar o estado da arte nos permite identificar tendências e lacunas, o que pode auxiliar os profissionais envolvidos com o tema na proposição de iniciativas e linhas de ação de modo a contribuir com a estruturação e governança de IGs no país. A seguir, são apresentados os materiais e métodos para, então, avaliar a pesquisa brasileira a partir de duas frentes: a pós-graduação *stricto sensu* e as publicações em periódicos.

2. Materiais e métodos

O presente estudo possui natureza exploratória e descritiva, na medida em que busca descrever uma realidade a partir de dados objetivos, mas também gerar hipóteses, além de se tratar de uma área com produção acadêmica relativamente recente no Brasil¹, características de uma pesquisa exploratória (GIL, 2011). O artigo está baseado em revisão sistemática da literatura e análise bibliométrica. A revisão sistemática implica aplicação de métodos explícitos e sistematizados para a busca, análise e síntese das informações selecionadas (SAMPAIO; MANCINI, 2007; TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). A bibliometria está ligada à Ciência da Informação e consiste na aplicação de ferramentas quantitativas ou estatísticas para analisar aspectos da literatura. A técnica surgiu no início do século XX, a partir da necessidade de avaliação da produção científica e acadêmica (ARAÚJO, 2006; VANZ; STUMPF, 2010). No âmbito da bibliometria estão procedimentos como, por exemplo, a análise de citações e o fator de impacto.

A análise da pesquisa brasileira sobre as IGs foi realizada avaliando duas categorias de produção científica: as dissertações e teses e as publicações em periódicos científicos. Para a pós-graduação, foram considerados apenas programas *stricto sensu* sediados no Brasil. Existem

¹ O primeiro livro sobre indicação geográfica, considerando sua aplicação ao setor produtivo no Brasil, foi publicado por Jorge Tonietto, em 1993.

trabalhos e pesquisas sobre as IGs brasileiras em instituições estrangeiras, produzidas por brasileiros e estrangeiros, mas a ideia principal, nesse momento, era de focar a pesquisa no Brasil.

Para o levantamento dos programas de pós-graduação, foi realizada pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações disponibilizado pela Capes a partir de informações fornecidas pelos programas de Pós-Graduação (através da “Plataforma Sucupira”). Cabe observar que nos mestrados profissionais são permitidas outras formas de trabalho final que não a dissertação, tais como patentes e estudos de caso, que não foram contemplados na presente pesquisa. Todavia o Catálogo da Capes é uma base de dados que centraliza as informações sobre a produção em pós-graduação *stricto sensu* no país, dando confiabilidade aos resultados; por isso foi mantida a opção metodológica, mesmo com essa limitação. Um banco de dados foi organizado, a partir da referência bibliográfica e da leitura dos resumos, especificando: tipo (tese ou dissertação), área de concentração do programa e de conhecimento; instituição e sua localização nas unidades da federação e municípios; ano da defesa; produto e região estudados; se a pesquisa era sobre IG registrada ou prospecção e, sendo prospecção, se, depois da defesa, a IG havia sido registrada (confrontando com os dados de registros de IGs no INPI); e até dois temas principais. Os temas foram definidos em três leituras por duas pessoas, seguindo procedimento de análise temática de Bardin (2011).

No caso dos periódicos, a pesquisa foi realizada na busca por assunto do Portal de Periódicos da Capes, também com a palavra-chave “indicação geográfica”. Uma pesquisa preliminar buscou resultados nas principais bases de dados (Scopus, Ebsco, Web of Knowledge, Scielo e Emerald). Os resultados não foram satisfatórios, visto o baixo número de referências identificadas por base. A Scopus (Elsevier), por exemplo, apresentou apenas 8 trabalhos. Dentre as causas para um número reduzido de resultados estão o uso de apenas um termo de busca e também que muitos periódicos que possuem publicações sobre o tema, no Brasil ou em português, não estão indexados nas principais bases de dados. Neste caso, optou-se pela análise a partir do Portal Periódico da Capes, filtrando os resultados apenas para periódicos revisados por pares. Os artigos foram analisados e foi criado um banco de informações análogo àquele das teses e dissertações.

A pesquisa, utilizando apenas uma palavra-chave, tem seus limites. Poderia ser pesquisado o termo no plural (“indicações geográficas”), as categorias “Indicação de Procedência” ou “Denominação de Origem”, abreviaturas, termos em inglês, ou ainda a relação de diferentes termos em conjunto. A opção por manter um termo para levantamento de dados foi considerada adequada para uma pesquisa exploratória, para dar uma visão geral sobre o tema e indicar tendências, respondendo aos objetivos do presente trabalho, cuja amostra/base de dados (221 trabalhos) foi

superior a amostra de dois trabalhos que estudaram o tema, com metodologia, escopo e objetivos diferentes, mas que contaram com 26 e 38 trabalhos, como amostra estudada (MEDEIROS; PASSADOR; PASSADOR, 2016; VASCONCELOS; SANTOS, 2019). Novas pesquisas poderão expandir a base de dados para a análise e construir outras contribuições.

Após a composição dos dois bancos de dados, a análise foi realizada em duas fases: origem e perfil. A origem da pesquisa foi identificada tanto em termos geográficos como científicos, quanto à localização foi observado estado, município e instituição. Foi utilizada cartografia temática no processo de análise, que não está incluída nesta publicação. Também, foi considerada a origem científica, seja do Programa de Pós-Graduação, das grandes áreas e áreas de pesquisa. Para o perfil o foco foi o escopo e conteúdo dos trabalhos. Os *softwares* usados para a análise dos dados foram MSEXcel e QGIS. Os resultados são apresentados nas seções 3 e 4 deste artigo.

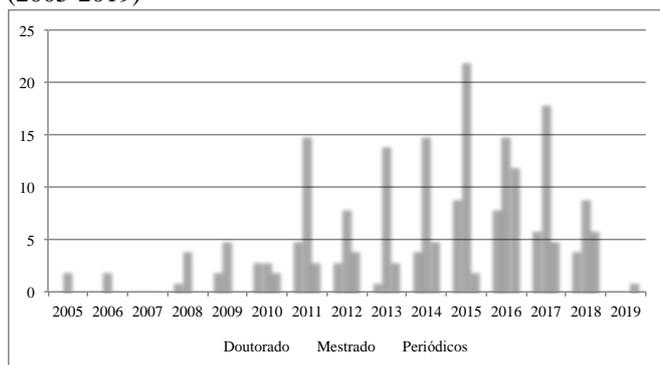
3. Resultados

3.1. Origem da pesquisa: áreas de concentração, instituições e periódicos de referência.

O crescente interesse nas Indicações Geográficas se evidenciou nas publicações sobre o tema, seja nas pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* ou nas publicações em periódicos. Até janeiro de 2019, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes contava com 178 trabalhos cadastrados, dos quais 46 são teses de doutorado e 132 trabalhos de mestrado, sendo 111 dissertações vinculadas a mestrados acadêmicos.

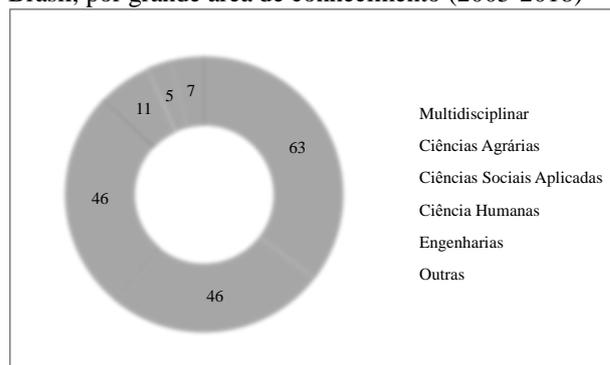
Ao mesmo tempo que as IGs tiveram maior impulso e continuidade em termos de registro (Figuras 1), a partir de 2009, observou-se fenômeno semelhante nas pesquisas e publicações sobre o tema. A Figura 3 evidencia que, a partir de 2008, há continuidade de pesquisas no tema das IGs, embora com oscilação, mas a tendência é de crescimento, nas pesquisas de mestrado e doutorado, assim como nas publicações em periódicos. A ocorrência de pesquisas de doutorado aponta para um amadurecimento no tema, considerando que tendem a ser trabalhos com maior complexidade e aprofundamento em termos teóricos, metodológicos, mas também na base empírica.

Figura 3 – Publicações relacionadas a IGs no Brasil, por ano (2005-2019)



Fonte: Autoria própria (2019)

Figura 4 – Teses e dissertações relacionadas a IGs no Brasil, por grande área de conhecimento (2005-2018)

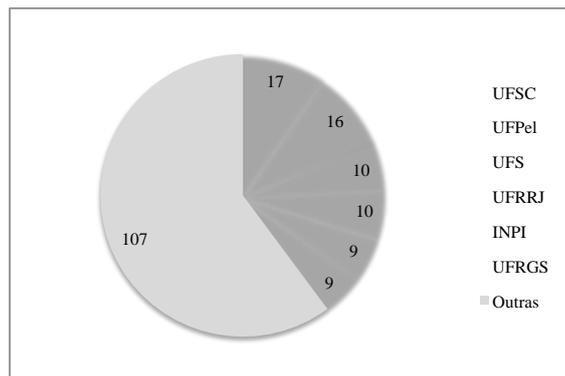


Fonte: Autoria própria (2019)

Com relação às áreas de conhecimento dos estudos, pode ser observada uma concentração em 3 grandes áreas nas teses e dissertações, que respondem a cerca de 87% dos trabalhos. Tal fato não implica, necessariamente, em uma convergência de disciplinas e temas, uma vez que grande parte dos trabalhos está em áreas mais transversais, como a multidisciplinar ou das ciências sociais aplicadas (Figura 4). Refinando a pesquisa, a pouca concentração em termos de disciplina fica evidente. A Agronomia é a principal, com 27 trabalhos, pouco mais de 15% do total, seguida por uma área chamada Engenharia/Tecnologia/Gestão (20 trabalhos), Administração (14), Alimentos (10) e Direito (9). Dentre as áreas com menor expressão estão Sociais e Humanidades, além da Geografia com, respectivamente, 7 e 6 trabalhos de mestrado e doutorado.

Em termos de distribuição espacial e institucional, também pode ser observada a ampliação do interesse e uma dispersão nas pesquisas, que estão presentes em 19 Estados e no Distrito Federal, e em 62 instituições (Figura 5), com 76 programas de pós-graduação *stricto sensu* identificados. Nas quatro (4) principais instituições (UFSC, UFPel, UFS, UFRRJ) foram desenvolvidos quase 30% dos trabalhos, em diversos programas de pós-graduação. Resultados semelhantes foram encontrados por Vasconcelos e Santos (2019) ao avaliar a produção em pós-graduação sobre propriedade intelectual na região Nordeste; os 38 trabalhos analisados estavam distribuídos em 8 instituições e 14 programas, mas com uma grande concentração na UFS, com 16 trabalhos.

Figura 5 – Teses e dissertações relacionadas a IGs no Brasil, por instituição (2005-2018).



Fonte: Autoria própria (2019)

Na Universidade de Santa Catarina, as 16 teses e dissertações envolvendo temas de IGs foram desenvolvidas em 7 programas, principalmente Recursos Genéticos Vegetais e Agrossistemas, mas também Direito e Design e Expressão Gráfica, entre outros; o mesmo ocorre com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por outro lado, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), com seu programa de Ciência da Propriedade Intelectual, e o INPI, com o programa de Propriedade Intelectual e Inovação, concentram toda sua produção nos respectivos programas, cada um com 10 trabalhos, sendo apenas 1 tese, na UFS, em 2017. Diferentemente, na Universidade Federal de Pelotas, das 16 teses e dissertações, 13 estão vinculadas ao programa de Agronomia, particularmente com estudos técnicos; embora, em alguns casos, não seja possível fazer uma relação direta com alguma IG registrada ou em prospecção.

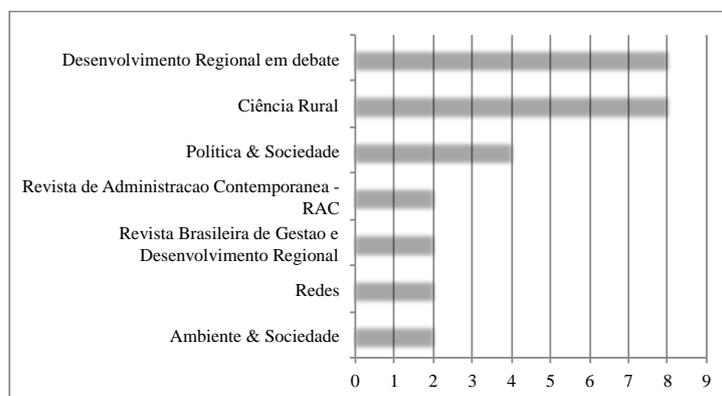
Mudando o foco de análise, apesar da dispersão nacional, quando considerada a localização das instituições em termos de estados e municípios, é possível observar que 3 estados concentram 53% das teses e dissertações cujos temas são relacionadas direta ou indiretamente ao tema das IGs no Brasil, desenvolvidas em 32% das instituições com essas pesquisas, no período 2005-2018: Rio Grande do Sul com 34 trabalhos, em 7 instituições; Rio de Janeiro com 30 trabalhos, em 6 instituições; e Santa Catarina com 29 trabalhos, em 7 instituições.

No caso do Rio Grande do Sul a presença de pesquisa tem relação com a presença de Indicações Geográficas, seja reconhecida ou em estruturação. É o estado onde está localizada a primeira IG registrada no Brasil e atualmente segue em primeiro lugar no número de IGs reconhecidas, empatado com Minas Gerais, contando com 10 IGs (8 IPs e 2 DOs) reconhecidas e 3 depositadas. Por outro lado, em Santa Catarina se percebe que a pesquisa se desenvolve e isso não vem acompanhado por enquanto por um número expressivo de IGs registradas (2 IGs registradas até janeiro/2019). Nesse caso, duas iniciativas na UFSC podem ter fomentado a pesquisa

relacionada às IGs: a realização de um curso, com várias edições, sobre Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio, com um módulo específico sobre Indicações Geográficas, em parceria entre a Universidade e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e o acordo de cooperação entre a Universidade e o Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD).

Considerando os trabalhos de pesquisa publicados em periódicos, a busca no Portal de Periódicos da Capes apontou 78 referências, das quais 48 eram publicadas em periódicos revisados por pares. A seleção final considerou 43 referências: foram eliminados estudos que pautavam apenas IGs estrangeiras e outros que foram considerados erros de resultado. O gráfico da Figura 6 apresenta os principais periódicos e respectivos número de publicações.

Figura 6 – Principais periódicos com publicações relacionadas ao tema das Indicações Geográficas, no Portal da Capes, janeiro/2019.



Fonte: Autoria própria (2019)

Destaca-se que a maior parte das referências não aparece quando pesquisadas as principais bases de dados, tais como, Scielo (5 referências relacionadas na base Brasil), Web of Knowledge (1) e Ebsco (0). A base com mais resultados é a Scopus (Elsevier), com 8 referências, das quais 3 são da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional e 2 são da Ciência Rural. Além disso, a busca não elencou pesquisas publicadas em periódicos relacionados à inovação que reúnem trabalhos sobre IGs, tais como a revista Cadernos de Prospecção e a própria Revista Indicação Geográfica e Inovação (INGI). Tudo isso indica limites na utilização dos mecanismos de busca para investigar o estado da arte das Indicações Geográficas. A opção de manter os procedimentos se justifica considerando que se partiu da principal palavra-chave e fontes de pesquisa reconhecidas, o que tem seu viés, mas mantém a paridade quando comparados os critérios para os trabalhos de pós-graduação, trazendo mais objetividade para o método e confiabilidade ao resultado. Futuros trabalhos podem expandir a base de dados e trazer novos elementos para a análise.

As 43 referências validadas estão em 21 diferentes periódicos, o que reflete tanto o número de instituições envolvidas em pós-graduação quanto a diversidade de trabalhos em diferentes domínios. É claro que nos periódicos a concentração é maior em números relativos, com cerca de 37% dos trabalhos nos dois principais periódicos. Contudo, é necessário observar que a amostra é pequena e, nesse caso, os números absolutos são baixos, de 8 trabalhos em cada periódico, e não indicam necessariamente uma tendência de especialização.

4. Perfil da pesquisa: tipos e temas de estudo

Após observar a origem da pesquisa em aspecto amplo, seja em termos de área de referência, instituição ou localização geográfica, a segunda fase que buscou avaliar o perfil da pesquisa a partir do escopo e conteúdo, de modo a identificar as principais tendências. A opção de avaliar em conjunto as pesquisas de pós-graduação e as publicações em periódicos se justifica para evitar sobreposições de trabalhos e resultados. Também, a pós-graduação revela um espectro mais amplo, em termos quantitativos e qualitativos, visto que nem sempre as pesquisas de pós-graduação são publicadas em forma de artigos. A análise foi feita hora em conjunto, hora olhando individualmente as categorias, conforme aderência.

Inicialmente, a pesquisa evidenciou que, quando consideraras as teses e dissertações, 36% são de temas relacionados a IGs registradas e 38% de temas de IGs em prospecção ou estruturação, sendo que destas últimas, 5 foram registradas após a publicação dos trabalhos, 11 foram depositadas no INPI e estão em processo de registro (INPI, 2019a, b, c). Das teses e dissertações, 16% foram trabalhos de teor mais geral e teórico e outras 10% comparavam IGs registradas com outras em estruturação. Entre outros temas, 15% caracterizaram um produto para registro da IG, ou a proposição da IG, ou a estruturação e viabilidade da IG. A análise de uma IG registrada ou correlacionada com uma IG registrada foi tema em mais de 37% dos trabalhos.

Destaca-se que 42% dos trabalhos estudaram o tema IG ou IGs associado a um item específico como desenvolvimento e ainda acompanhado de muitos adjetivos como territorial (10%). Considerando o termo desenvolvimento ele está associado ao tema de 16% dos trabalhos destacados na CAPES, associado também com os termos regional, local, sustentável, entre outros. Tais resultados vão ao encontro dos achados de Medeiros, Passador e Passador (2016), que avaliaram publicações científicas sobre IGs relacionadas no Portal da Capes. Dentre os principais resultados sistematizados, as IGs são consideradas mecanismo para preservação do patrimônio imaterial, da cultura local e do meio ambiente.

O Quadro 1 mostra uma visão geral da pesquisa sobre Indicações Geográficas no Brasil a partir dos 6 principais produtos pesquisados. Apesar desta análise ser com IGs, que por conceito denominam regiões, a escolha de analisar por produtos foi uma tentativa de criar categorias para reflexões em um universo de pesquisa tão pulverizado. Para se ter uma ideia, o 7º produto mais pesquisado é a cachaça, com 5 trabalhos ao total, cada um tratando de uma região diferente. As regiões elencadas no quadro, assim como os temas recorrentes, possuem pelo menos 2 trabalhos. Para as referências foram citados apenas alguns exemplos por questão de espaço e se tratar de uma amostra relativamente extensa.

Quadro 1 – Pesquisa brasileira relativa à IGs a partir dos principais produtos

Produto	Publicações			Principais regiões	Temas recorrentes	Referências
	T	D	P			
Vinho	11	30	8	<ul style="list-style-type: none"> • Vale dos Vinhedos • Vale do São Francisco • Campanha Gaúcha • Vales da Uva Goethe • Planalto Catarinense 	Aspectos técnicos, desenvolvimento territorial, estudos de caso	FALCÃO; RÉVILLION, 2010; FLORES, 2011; KOHLS; DOS ANJOS; CALDAS, 2016; MANFROI <i>et al.</i> , 2010
Café	5	15	4	<ul style="list-style-type: none"> • Mantiqueira de Minas • Cerrado Mineiro 	Aspectos técnicos, estudos de caso, estruturação e gestão da IG	ORTEGA; JESUS, 2011; RAMOS, 2011
Queijo	9	5	2	<ul style="list-style-type: none"> • Agreste Pernambucano • Serro 	Desenvolvimento territorial, estudos de caso	MEDEIROS, 2015; MOTA, 2017; SANTOS, 2018
Erva-mate	1	3	5	<ul style="list-style-type: none"> • Planalto Norte Catarinense 	Desenvolvimento territorial	DALLABRIDA <i>et al.</i> , 2014; PIRES <i>et al.</i> , 2016; SOUZA, 2018
Farinha	-	8	-	<ul style="list-style-type: none"> • Vale da Copióba • Bragança 	Aspectos técnicos	LARA, 2016; OLIVEIRA, 2015; PINHO, 2016
Carne	2	2	3	<ul style="list-style-type: none"> • Pampa Gaúcho da Campanha Meridional 	Desenvolvimento territorial, mercado (consumo)	BRANDÃO <i>et al.</i> , 2012; FONSECA, 2008; SOARES, 2014

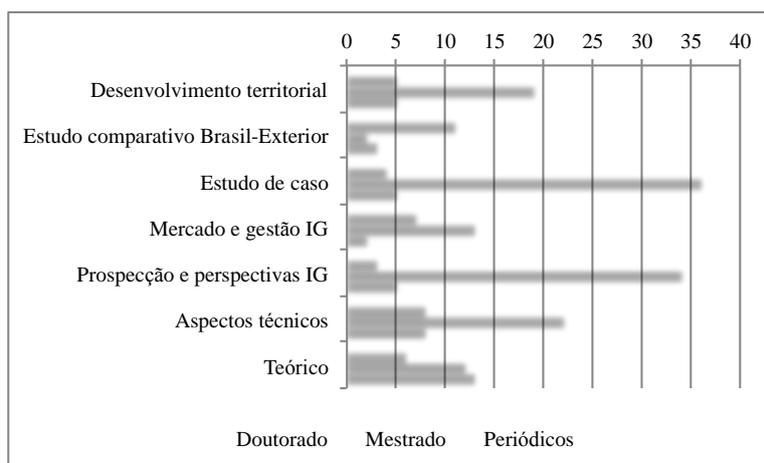
Fonte: Autoria própria (2019)

O vinhos e o café são os produtos mais pesquisados – com total de 49 e 24 trabalhos entre teses, dissertações e periódicos – e também os que possuem mais IGs reconhecidas, 7 e 6 respectivamente, o que justifica o interesse das pesquisas. Além disso, no caso dos vinhos, além de o Vale dos Vinhedos ter sido a primeira IG brasileira, tem um impacto reconhecido internacionalmente no território, sobretudo com o amplo desenvolvimento do turismo. Tudo isso ajuda a explicar que 9% dos trabalhos de pós-graduação sejam sobre o Vale dos Vinhedos e 24% sejam sobre vinhos e viticultura. Já nos casos da erva-mate e da farinha, é possível notar uma concentração de publicações, o que tem relação com iniciativas grupos e pesquisadores para

promover trabalhos nas IGs do Planalto Norte Catarinense e Copióba, ambas em estruturação. Em Santa Catarina os trabalhos da UFSC são com temas mais diversos, enquanto a Universidade do Contestado enfoca o desenvolvimento territorial e governança. Já a UFBA promove, no âmbito da pós-graduação em alimentos, estudos técnicos para a farinha de Copióba.

Ao mesmo tempo em que os produtos e regiões, também foram observados os principais temas ou problemáticas de estudo, dando uma visão transversal da pesquisa na área. Para isso, uma primeira leitura identificou 88 temas, que foram depois organizados em 7 categorias principais, o resultado pode ser visto no gráfico da Figura 7. É importante ressaltar que as categorias foram sistematizadas considerando o número de trabalhos, mas também a relevância em termos de distinção e para caracterizar a pesquisa. Dentre os principais temas está o “desenvolvimento territorial”, que reúne uma série de trabalhos refletindo sobre o impacto das IGs no território, trazendo temas como cultura, patrimônio e relações institucionais; um tema recorrente é a governança, estudado para IGs reconhecidas e em estruturação (DALLABRIDA, 2016; FANTE; DALLABRIDA, 2016; NETO; PIGATTO; LOURENZANI, 2018; SILVA; RODRIGUES, 2017).

Figura 7 – Pesquisa brasileira relativa à IGs



Fonte: Autoria própria (2019)

Considerando a “prospecção e perspectivas de IG”, muitos trabalhos apoiam a estruturação de IGs ou mesmo refletem sobre o tema. Por outro lado, pode ser identificada uma série de publicações que realizam proposições sobre o impacto das IGs nos atores e como preservação de recursos territoriais. Nos “aspectos técnicos” estão trabalhos principalmente das áreas de agronomia e alimentos refletindo sobre a caracterização dos produtos, mas também propostas de melhorias ou adaptações. É interessante observar que, apesar de parecer importante comparando com outras categorias, a participação desta categoria ainda pode ser considerada de pouca representatividade se

for observada sua diversidade. Isso pode ser considerado uma lacuna e oportunidade para o desenvolvimento das IGs, em termos de respaldo técnico e científico.

Outra categoria que se destaca são os “estudos de caso”. Aqui não necessariamente são listados trabalhos seguindo protocolo e procedimentos de estudo de caso, mas pesquisas que tem referencial empírico delimitado em uma IG, seja reconhecida ou em potencial (YIN, 2009). Os estudos de caso seguem os mais diversos temas e proposições; muitas vezes são relacionados com pesquisas da categoria “mercado e gestão IGs”, com temas voltados ao consumidor, por exemplo. A representatividade da categoria mostra que os estudos tendem a olhar as IGs individualmente, apontando oportunidades para olhares mais transversais em estudos comparativos ou multi-caso. A categoria “estudos comparativos com regiões estrangeiras” já mostra uma evolução nesse sentido, com destaque para as teses de doutorado.

5. Considerações Finais

O intuito do presente artigo foi de trazer uma visão geral da pesquisa envolvendo Indicações Geográficas no Brasil, a partir dos estudos de pós-graduação e publicação em periódicos revisados por pares. Pode ser visto que o desenvolvimento das IGs vem se dando no país de modo amplo, em termos quantitativos e qualitativos, o que inclui o aumento no número de regiões reconhecidas, sua diversificação em produtos, difusão em todas as regiões do país e também o fortalecimento da pesquisa na área. Foi possível evidenciar que o crescimento no reconhecimento das IGs vem acompanhado do desenvolvimento de pesquisas na área.

Em linhas gerais a pesquisa brasileira relacionada com IGs tem caráter multidisciplinar, crescente a partir de 2010, baseada em referencial empírico delimitado ou caso único implantação, espalhada por todo o país e ainda sem centros de referencia em termos institucionais ou de publicações especializadas. Os principais temas são desenvolvimento territorial e perspectivas com o reconhecimento das IGs, o que pode ser aliado a trabalhos de prospecção.

Os resultados dessa pesquisa têm suas limitações, decorrentes dos procedimentos e da amostra analisada, que não contempla toda a pesquisa envolvendo o tema no país. Além de não considerar todas as palavras-chave, outras fontes não analisadas apresentam trabalhos sobre o tema, tais como anais de congressos e livros. Além disso, para estruturação de IGs diversas instituições podem se envolver em estudos para a base técnica – como é o caso da Embrapa e parceiros no trabalho com as IGs de vinhos – que não necessariamente incluem trabalhos de pós-graduação ou são publicados em periódicos. Todavia, o intuito do artigo não foi de esgotar o tema, mas elaborar

uma visão geral e apontar caminhos para novas pesquisas. Futuros estudos podem expandir o referencial empírico e contribuir em procedimentos de análise, enriquecendo a pesquisa.

Acima de tudo, os resultados apontam diversas oportunidades para novas iniciativas, sejam temas de pesquisa ou articulação institucional. Ao mesmo tempo em que o Brasil possui um quadro que revela a difusão da pesquisa sobre Indicações Geográficas pelo país e instituições, o baixo nível de concentração dos trabalhos também sugere que ainda não se apresentam centros de referência na área. Nesse sentido, é interessante observar que teorias envolvendo arranjos produtivos locais, ecossistemas de inovação e até mesmo as IGs sugerem a concentração geográfica como fator que potencializa o desenvolvimento de determinado saber, a partir das interações entre pessoas, instituições e cultura e seu reflexo em produtos e serviços. Assim, iniciativas para uma a formação de centros de excelência ou articular trabalhos em rede poderiam contribuir para uma maior interação entre os pesquisadores e desenvolvimento da pesquisa na área.

Referências

- ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, F. S. *et al.* Confiança e agregação de valor em carnes com indicação geográfica. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**. Vol. 64, no. 2, abr., p. 458-467, 2012.
- BRASIL. Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos a propriedade industrial. **Diário Oficial da União. Brasília**, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm. Acesso em: 21 mar. 2009.
- DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **EURE (Santiago)**, v. 42, n. 126, p. 187–212, 2016.
- DALLABRIDA, V. R. *et al.* Indicação Geográfica da Erva Mate no Território do Contestado: reflexões e projeções. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 4, n. 2, p. 44–77, 2014.
- FALCÃO, T. F.; RÉVILLION, J. P. P. A indicação geográfica de vinhos finos segundo a percepção de qualidade de enófilos. **Ciência Rural**. Santa Maria. Vol. 40, n. 2, fev., p. 453-458, 2010.
- FANTE, C. C. DE L.; DALLABRIDA, V. R. Governança territorial em experiências de Indicação Geográfica: análises e prospecções. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 6, n. 2, p. 228–246, 2016.
- FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir da vitivinicultura: o caso dos “Vinhos da Campanha”**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FALCADE, I. **Indicações geográficas, o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos**. 2005 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FONSECA, C.H. **Reflexos do estilo de vida no consumo de carne de frango em Juiz de Fora, Minas Gerais**. 2008. 185 f. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6a ed. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INAO. **Les produits sous signe d'identification de la qualité et de l'origine: chiffres-clés 2016**. Montreuil, FR 2016. Disponível em: <<https://www.inao.gouv.fr/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

INPI. Lista com as denominações de origem reconhecidas até 12 fev. 2019. Rio de Janeiro: INPI, 2019a. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INPI. Lista com as indicações de procedência reconhecidas até 12 fev. 2019. Rio de Janeiro: INPI, 2019b. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 20 fev. 2019.

INPI. Acompanhamento de IGs RPI2511 até 19 fev. 2019. Rio de Janeiro: INPI, 2019c. Disponível em: Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em: 20 fev. 2019.

KOHL, V. K.; DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Mutações no mundo vitivinícola: A indicação geográfica como estratégia de qualificação. **Desenvolvimento Regional em Debate: DRd**, v. 6, n. 1, p. 41–62, 2016.

LARA, E.Z. **Composição mineral da “Farinha de Mandioca Copioba” para Indicação Geográfica**. 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Alimentos). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MANFROI, V. *et al.* Aplicação de taninos enológicos na elaboração de vinho Cabernet Sauvignon e seus efeitos sobre a qualidade sensorial. **Ciência Rural**, v. 40, n. 1, 2010.

MEDEIROS, M. DE L.; PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Implications of geographical indications: a comprehensive review of papers listed in CAPES' journal database. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 13, n. 4, p. 315–329, out. 2016.

MEDEIROS, M. de L. **Indicações geográficas, turismo e desenvolvimento territorial: uma análise sistêmica da indicação de procedência do queijo minas artesanal do Serro**. 2015. 271 f. Tese (Doutorado em Administração de Organizações). Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.

MOTA, M.G. **A experiência do território da Serra da Canastra: instituições, indicação geográfica e singularidades**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara), Araraquara.

NETO, E. T.; PIGATTO, G. A. S.; LOURENZANI, A. E. B. S. Produção de cacau com indicação geográfica (IG) na região de Linhares/ES: aspectos de governança e qualidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, 2018.

NGO BAGAL, M.; VITTORI, M. **Practical Manual on Geographical Indications for ACP Countries**. Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation CTA/OriGIIn. [http://www. origin-gi.com/images/stories/PDFs/English/OriGIIn_publications/manual_acpcomplet.pdf](http://www.origin-gi.com/images/stories/PDFs/English/OriGIIn_publications/manual_acpcomplet.pdf), 2011.

OLIVEIRA, A.B. de. **Indicações geográfica, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança**. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Pará, Belém.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Território, certificação de procedência e a busca da singularidade: o caso do Café do Cerrado. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 19, p. 305–330, 2011.

PINHO, L.S. **Influência da embalagem na manutenção da estabilidade e autenticidade da farinha de mandioca Copioba**. 2016. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciência de Alimentos) Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PIRES, D. A. DE C. K. **Diferenciais de um produto e determinação das especificidades necessárias para o reconhecimento como indicação geográfica: um estudo sobre a erva-mate no Planalto Norte Catarinense**. 2017. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade do Contestado, Canoinhas.

- PIRES, D. A. DE C. K. *et al.* A Erva-Mate no Planalto Norte Catarinense: os compostos bioativos como variável na determinação das especificidades necessárias ao reconhecimento como Indicação Geográfica. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 6, n. 2, p. 207–227, 2016.
- RAMOS, B.D. **Indicações geográficas no Brasil: o caso do café da região do Cerrado Mineiro**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca, Rio De Janeiro.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioter.**, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.
- SANTOS, V.H. da S. **Representações sociais sobre o processo de certificação da indicação geográfica do queijo de coalho no Agreste de Pernambuco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- SOARES, P.B.D. **As indicações geográficas e o desenvolvimento territorial no Mercosul: os casos da carne caprina procedente da Região Patagônica e a Bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro, Seropédica.
- SOUZA, A. M. de. **Sistemas de manejo da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) em ervais florestais do Planalto Norte Catarinense: base para uma indicação geográfica**. 2018. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SILVA, L. P.; RODRIGUES, W. A indicação geográfica dos artesanatos em capim dourado da região do Jalapão do estado do Tocantins sob o enfoque dos princípios da boa governança dos common-pool-resource. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, 2017.
- TONIETTO, Jorge. **O conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro**. Bento Gonçalves: Embrapa-CNPUV, 1993.
- TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207–222, set. 2003.
- VANZ, S. A. DE S.; STUMPF, I. R. C. Procedimentos e ferramentas aplicados aos estudos bibliométricos. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, PB. Vol. 20, n. 2, p. 67-75, maio./ago. 2010.
- VASCONCELOS, J. R.; SANTOS, J. A. B. DOS. Propriedade intelectual na pós-graduação das universidades federais do nordeste: indicadores bibliométricos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação: RDBCI**, 2019.
- WIPO (WORLD INTERNATIONAL PROPERTY ORGANISATION). **The Definition of Geographical Indications**. 2019 Disponível em: <http://www.wipo.int/geo_indications/en/>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- YIN, R. K. **Case Study Research: Design and Methods**. [S.l.]: Sage Publications, v. 5, 2009.